

1.6. AUDITORIA INTERNA

Auditor Responsável: Miguel Arcangelo Zortéa

A Auditoria Interna constitui um conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações fiscais, contábeis e operacionais da Entidade. A auditoria interna é de competência de contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, denominado de auditor interno, tendo vínculo empregatício com a Instituição.

O Serviço de Auditoria Interna tem como objetivos o assessoramento e a avaliação da efetividade dos controles da Instituição, dando ênfase aos seus trabalhos na detecção de erro e de fraude para a avaliação do ambiente de controle. Neste sentido, para que a administração possa se certificar de que seus planos e metas sejam executados, necessita de um serviço de acompanhamento periódico, com um grau de profundidade, que se detenha mais nos processos e procedimentos de execução dos mesmos. Desta forma, não teria sentido traçar planos, metas e implementar controles se não houvesse alguém na Instituição em condições de verificar se os mesmos estão sendo seguidos e cumpridos.

A Auditoria Interna, além de realizar seus trabalhos de forma independente e prestar assessoramento à administração, está voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidos para as mesmas. Este serviço caracteriza-se por um controle gerencial, que funciona por meio de medição e avaliação de outros controles.

VISÃO: Constituir-se como unidade de apoio institucional de assessoramento e acompanhamento dos processos, buscando avaliar, assessorar, acompanhar e subsidiar as unidades com informações de modo a auxiliar nos procedimentos de controle e fiscalização.

OBJETIVOS:

- Zelar pelo cumprimento das diretrizes orçamentárias estabelecidas, observando seus objetivos e finalidades, bem como o desempenho econômico-financeiro de cada unidade orçamentária.
- Verificar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e se as demonstrações deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio.
- Examinar a integridade e fidedignidade das informações financeiras e operacionais e os meios utilizados para aferir, localizar, classificar e comunicar essas informações.
- Examinar os sistemas estabelecidos para certificar a observância das políticas, planos, leis e regulamentos que tenham, ou possam ter, impacto sobre operações e relatórios.
- Examinar os meios usados para proteção dos ativos e, se necessário, comprovar sua existência real.
- Verificar se os recursos são empregados de maneira eficiente e econômica.
- Examinar operações e programas e verificar se os resultados são compatíveis com os planos e se essas operações e programas são executados de acordo com o que foi planejado.
- Comunicar o resultado do trabalho de auditoria e certificar-se que foram tomadas as providências determinadas pela administração em relação às suas recomendações.

Principais Atividades Desenvolvidas no Ano de 2016

- Análise e avaliação dos contratos de locação para verificar a formalização e regularização dos encargos que a Instituição incorre quanto aos aspectos dos compromissos e encargos solidários com as entidades (empresas) instaladas em espaços de propriedade da FIDENE.
- Estudo e entendimento da Interpretação Técnica Geral nº 2002 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, estabelecendo critérios e procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas Entidades Sem Finalidade de Lucro. Entre os procedimentos a serem seguidos consta a obrigatoriedade de segregar (registrar em contas próprias) os registros das receitas (receitas com

restrição) e despesas dos contratos/convênios como o ProUni e receita das mensalidades de estudantes bolsistas ou no mínimo elaboração de nota explicativa, quando da publicação das demonstrações contábeis, uma vez que são exigidas por entidades governamentais reguladoras, no caso da FIDENE tendo em vista a certificação que dá direito a isenções tributárias.

- Revisão do valor do contrato entre o Município de Ijuí - Poder Executivo e a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – FIDENE para verificar a existência de Desequilíbrio Financeiro, por ocasião da realização de concurso público do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Ijuí. Foi efetuada análise do contrato, com atenção aos valores do orçamento inicialmente contratado para execução de um volume estimado de atividade, tendo ocorrido um acréscimo de 70% no número de inscrições homologadas. O trabalho contemplou a comprovação dos gastos excepcionais, bem como elaboração de laudo atestando o desequilíbrio financeiro do contrato em questão, documento este demandado pelo Município de Ijuí, em virtude da complementação de valor solicitado pela Assessoria e Serviços Comunitários – ASC.
- Auditoria das disponibilidades, item caixa, verificando a existência dos numerários mencionados nos boletins de caixa e na escrituração contábil, bem como verificar se os controles existentes asseguram a soma dos valores que deveriam existir na Tesouraria da FIDENE. O exame contemplou também a verificação dos documentos de recebimentos, pagamentos e de depósitos que suportam o numerário em caixa, bem como a análise das funções e relatórios do sistema caixa, integrado ao SIE.
- Verificação e análise das informações contábeis e gerenciais da UNIJUÍ, das demais mantidas e das informações consolidadas da FIDENE, relativas ao exercício de 2015 (balancete do mês de dezembro) e referentes ao exercício de 2016, informações do período em curso, com a finalidade de facilitar a compreensão, por parte dos diferentes usuários da Fundação, e avaliar se os valores são compatíveis com o que foi planejado para o período.
- Acompanhamento do processo de levantamento de inventários na Editora UNIJUÍ, Almoxarifado de Materiais, Laboratórios, Unidade Experimental do Curso de Agronomia (IRDeR) e dos Bens do Ativo Imobilizado; objetivando verificar as existências dos diversos bens e materiais constados nos relatórios de controle, em atendimento à demanda da contabilidade para elaboração do balanço patrimonial da Instituição.
- Realização de assessoria e atividades como membro do Conselho Fiscal indicado pela FIDENE junto ao *Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDEDICAI* para analisar o Relatório Anual das Atividades, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício e respectivos documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. O trabalho abrangeu também os controles internos, a formalização da documentação quanto aos aspectos fiscal e contábil do período em curso.
- Assessoria na Associação Instituto de Políticas e Desenvolvimento – IPD, abrangendo os controles internos, a documentação contábil, os atos administrativos e de gestão que originou o Balanço Patrimonial e a DRE, bem como procedimento de análise do próprio balanço relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O trabalho abrangeu também a verificação de documentos e informações do ano em curso.
- Aplicação de programa de auditoria para verificar os compromissos da FIDENE e de suas mantidas com entidades reguladoras, bem como os encaminhamentos pertinentes; visando o atendimento em tempo hábil (quando do seu vencimento), para que as atividades da Instituição tenham seu curso sem impedimentos.
- Verificação, análise e fiscalização da utilização das bolsas de estudos previstas no Dissídio Coletivo de Trabalho dos técnicos-administrativos e de apoio.
- Participação em reuniões de trabalho abrangendo diversos assuntos em setores como: Núcleo de Contabilidade, MADP, EFA, Assessoria Jurídica, Tesouraria, Coordenadoria Financeira, Núcleo de Controle Patrimonial, Coordenadoria Patrimonial, Laboratórios, Coordenadoria de Informática e em demandas de outros setores e da direção da Instituição.